

Guanhães Energia S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31/12/2021 e
Relatório dos Auditores Independentes**

Maio de 2022

CONHECIMENTO LOCAL,
ALCANCE GLOBAL

Guanhães Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do Auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado.....	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
GUANHÃES ENERGIA S.A.

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Guanhães Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o Balanço Patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas.

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Guanhães Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo essa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfases

- 1) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 24, o Grupo Guanhães obteve em 2 de fevereiro de 2022 sentença final favorável em ação movida contra o Consórcio Construtor PCH's de Guanhães ("CCPG") no Tribunal Arbitral da Câmara FGV de Mediação e Arbitragem. Na referida sentença existem condenações contra e a favor ao Grupo Guanhães, mas cuja apuração líquida verifica-se o direto de ser recebido a importância de R\$134 milhões, estimada pelos Assessores Jurídicos juntamente com a Administração. Entretanto, não houve nas PCH's investidas pela Companhia o reconhecimento de ativos ou passivos da condenação, tendo em vista que o processo entrará na fase de cobrança dos valores da

sentença, o que torna incerto estimar com segurança os montantes a serem contabilizados.

- 2) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 9, as PCHS investidas pela Companhia reconheceram em exercícios anteriores perdas por *impairment* do ativo imobilizado que totalizaram R\$198,9 milhões, motivadas por diversas situações ocorridas no período de suas construções que resultou, inclusive, no processo arbitral descrito na Nota explicativa 24. Desde o reconhecimento das perdas, a Administração monitorou as perspectivas de performance das usinas com o objetivo de reconhecer a reversão de perdas, o que ocorreu parcialmente em 2018 no montante de R\$61,7 milhões. Em 2021 as reversões foram complementadas por R\$58,4 milhões e, consequentemente, o ativo, o patrimônio líquido e o lucro do exercício foram aumentados por este valor nesse exercício.
- 3) As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 indicam que a Companhia possui prejuízo acumulado na controladora e no consolidado de R\$235 milhões, endividamento com empréstimos de R\$115 milhões no Consolidado e capital circulante líquido negativo de R\$3,4 milhões na Controladora e de R\$27,1 milhões no Consolidado. A Administração monitora esses indicadores e, conforme descrito na Nota explicativa 1 e 4.15, ela informa que continuará em marcha e com a possibilidade de geração de resultados positivos futuros em montante necessário para pagar o seu endividamento, melhorar a sua estrutura de capital e recuperar a rentabilidade.
- 4) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 25, a acionista Light Energia S.A., que detém 51% do capital social da Guanhães Energia S.A., celebrou com a Companhia à Brasal Energia S.A em 9 de dezembro de 2021 Contrato de Compra e Venda de Ações objetivando a venda da totalidade da sua participação acionária no Grupo Guanhães pelo valor de R\$97,9 milhões. A concretização desta operação depende do cumprimento de certos requisitos estabelecidos no instrumento contratual celebrado entre as partes, tais como a obtenção da anuência de autoridades regulatórias, concorrenciais e de terceiros. Em 3 de março de 2022, conforme divulgado nas Demonstrações financeiras da Light S.A. (Controladora da Light Energia S.A.), a ANEEL por meio do despacho nº 595/2022, concedeu anuência para as transações e definiu prazo de 120 dias para implementação da operação, a contar da data do despacho. As Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e as garantias dos financiamentos descritas na Nota explicativa nº 20 não possuem quais alterações em decorrência desta futura mudança acionária.

Outro assunto

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes e sobre as quais emitiram Opinião sem ressalvas em 29 de junho de 2021.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.

- Avaliamos a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2022


TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC MG 5.194




Adriano Rezende Thomé
Sócio e Diretor
Contador CRC MG-77.874-O/6

Guanhães Energia S.A.

Balanço patrimonial
Exercícios findos em
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	184	22	5.205	5.940
Títulos e valores mobiliários	6	5	5	51	133
Concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	7.058	5.975
Outros créditos		1	2	2.833	1.250
Tributos a recuperar		310	-	732	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		500	29	15.879	13.298
Tributos a recuperar		25	559	44	1.382
Títulos e valores mobiliários	6	5.528	5.950	11.055	11.895
Créditos com partes relacionadas	20	1.495	922	-	-
Depósitos judiciais		-	-	1.304	1.304
Investimentos	8	310.202	264.545	-	-
Imobilizado	9	31	47	433.704	386.209
Intangível	10	67	67	4.121	3.800
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		317.348	272.090	450.228	404.590
TOTAL DO ATIVO		317.848	272.119	466.107	417.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Balanço patrimonial
Exercício findo em
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores	11	60	148	25.823	13.263
Tributos a recolher		51	45	725	634
Empréstimos e financiamentos	12	3.747	3.689	13.144	12.674
Outros débitos		95	92	95	92
Obrigação contingencial	23	-	-	3.237	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		3.953	3.974	43.024	26.663
Tributos a recolher		-	-	959	959
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	101.892	114.836
Parcelamentos de tributos		-	-	2.607	2.835
Outros débitos		-	-	3.730	4.450
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	109.188	123.080
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13				
Capital social		548.626	548.626	548.626	548.626
Prejuízos acumulados		(234.731)	(280.481)	(234.731)	(280.481)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		313.895	268.145	313.895	268.145
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		317.848	272.119	466.107	417.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Demonstração do resultado
Para os exercícios findos em
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA LÍQUIDA	14	-	-	51.685	49.174
CUSTO DA OPERAÇÃO	15	-	-	(41.023)	(33.483)
LUCRO BRUTO				10.662	15.691
DESPESA OPERAÇÃO	16	-	-	(2.839)	(2.857)
Despesas gerais e administrativas		-	-	(2.367)	(2.531)
Outras despesas		-	-	(472)	(326)
Despesas com contingências	23			(10.882)	-
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	9	-	-	58.442	-
Resultado de equivalência patrimonial		45.657	1.278	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		45.657	1.278	55.383	12.834
RESULTADO FINANCEIRO	17	114	140	(7.973)	(9.873)
Receitas financeiras		240	144	482	340
Despesas financeiras		(126)	(4)	(8.455)	(10.213)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		45.771	1.418	47.410	2.961
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(21)	(24)	(1.660)	(1.567)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		45.750	1.394	45.750	1.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	45.750	1.394	45.750	1.394
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	45.750	1.394	45.750	1.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2020	548.626	(281.875)	266.751
Lucro líquido do exercício	-	1.394	1.394
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	548.626	(280.481)	268.145
Lucro líquido do exercício	-	45.750	45.750
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	548.626	(234.731)	313.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Guanhães Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de

(Em milhares de reais)

	2021	2020	2021	2020
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(255)	3.165	18.597	16.430
Lucro líquido do exercício	45.750	1.394	45.750	1.394
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	-	-	(58.442)	-
Depreciação de ativo Imobilizado	12	12	18.010	17.083
Baixa/Reclassificação de imobilizado	9	5	396	25
Provisão para contingências	-	-	3.237	-
Resultado de equivalência patrimonial	(45.657)	(1.278)	-	-
Variações nos ativos e passivos	(369)	3.032	9.646	(2.072)
Tributos a recuperar	224	318	606	979
Depósitos Judiciais	(573)	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	-	(190)	-	-
Outros créditos	1	7	(1.583)	(1.024)
Concessionárias, permissionárias e clientes	-	-	(1.083)	(209)
Fornecedores	(88)	(94)	12.560	(398)
Tributos a recolher	6	(64)	91	(52)
Recebimento outras receitas	-	-	-	(48)
Pagamentos de parcelamentos tributos	-	(14)	(228)	(134)
Outros débitos	3	(136)	(717)	(1.186)
Captação de mútuos	58	3.735	-	-
Amortização de mútuos	-	(530)	-	-
Despesa com juros mútuos	-	11	-	-
Pagamentos de juros s/mútuos	-	(11)	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	417	(3.565)	(6.858)	(3.106)
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(141)	(170)	(1.358)	(309)
Resgate de títulos e valores mobiliários	803	31	2.762	986
Titulos e valores mobiliários	-	-	-	47
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	(240)	(144)	(482)	(292)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-	(3.275)	-	-
Aquisições de bens de ativo imobilizado	(5)	9	(7.459)	(2.857)
Aquisições de bens de ativo intangível	-	(16)	(333)	(681)
Reclassificação de bens de ativo intangível	-	-	12	-
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos	-	-	(12.474)	(11.926)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	705	1.178
Amortização de principal de financiamentos	-	-	(13.195)	(13.063)
Pagamentos de juros de financiamentos	-	-	(8.003)	(9.015)
Despesa com juros sobre financiamentos	-	-	8.019	8.974
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	162	(400)	(735)	1.398
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22	422	5.940	4.542
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	184	22	5.205	5.940
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	162	(400)	(735)	1.398

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Guanhães Energia S.A. (“Companhia” ou “Guanhães Energia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em junho de 2006, com sede na cidade de Ipatinga – MG, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de geração e comercialização de energia elétrica.

As controladas da Guanhães Energia, descritas na nota explicativa 2, compõem o Grupo Guanhães (“Grupo Guanhães” ou “Grupo”).

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no valor de R\$3.453 mil na controladora e R\$27.145 mil no consolidado (R\$13.365 mil em 31 de dezembro de 2020) no consolidado, contudo a Administração entende que o cenário atual de capital circulante líquido negativo, não representa risco a Companhia, pois a situação se deve especificamente por conta do financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e dos gastos incorridos para implantação e manutenção das PCHs de longo prazo.

2. ENTIDADES INVESTIDAS

a) Controladas diretas

- **PCH Dorés de Guanhães S.A. (“PCH Dorés de Guanhães”, 100%)** - Localizada no Rio Guanhães, Município de Dorés de Guanhães. Em 22 de novembro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Dorés de Guanhães pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução nº 638 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 931, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Dorés de Guanhães, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 14,0 MW.

A controlada PCH Dorés de Guanhães foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 2.252, de 02 de outubro de 2018 e nº 2.643, de 19 de novembro de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- **PCH Fortuna II S.A. (“PCH Fortuna II”, 100%)** - Localizada no Rio Corrente Grande, Municípios de Guanhães e Virginópolis. Em 21 de dezembro de 2001 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Fortuna II pela ANEEL, por meio da Resolução nº 601 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 932, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

outorga para implantar e explorar a PCH Fortuna II, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhões Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

A controlada PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- **PCH Jacaré S.A. (“PCH Jacaré”, 100%)** - Localizada no Rio Guanhões, Município de Dorés de Guanhões. Em 29 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Jacaré pela ANEEL, por meio da Resolução nº 588 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A., na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 934, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Jacaré, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhões Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 9,0 MW.

A controlada PCH Jacaré foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1.512, de 29 de maio de 2019 e nº 2.034, de 24 de julho de 2019, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

- **PCH Senhora do Porto S.A. (“PCH Senhora do Porto”, 100%)** - Localizada no Rio Guanhões, Município de Dorés de Guanhões. Em 08 de outubro de 2002 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Senhora do Porto pela ANEEL, por meio da Resolução nº 545 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. Posteriormente, através da Resolução Autorizativa nº 933, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Senhora do Porto, outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhões Energia S.A., sendo que a capacidade geradora da Usina é de 12,0 MW.

A controlada PCH Senhora do Porto foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01 e 02, através dos despachos nº 1176, de 27 de maio de 2018 e nº 1761, de 06 de agosto de 2018, respectivamente e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

As controladas possuem contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia nova ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2.1 Autorizações do Grupo Guanhães

Segue abaixo o resumo das autorizações do Grupo Guanhães vigentes em 31 de dezembro de 2021:

Autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
PCH Dores de Guanhães	nov/2002	nov/2032
PCH Fortuna II	dez/2001	dez/2031
PCH Jacaré	out/2002	out/2032
PCH Senhora do Porto	out/2002	out/2032

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 12 de maio de 2022, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na nota explicativa 19.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados na controladora com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021 e estão consolidadas integralmente.

3.5 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)); (ii) provisões para gastos ambientais; e (iii) contingências.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

4.1 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro e passivo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias:

a) Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Nessa categoria encontram-se os saldos de concessionárias, permissionárias e clientes, empréstimos com partes relacionadas, fornecedores e financiamentos.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não possui contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e tampouco operações com instrumentos financeiros derivativos.

b) Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB) classificados em Títulos e valores mobiliários.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

4.3 Títulos e valores mobiliários

São contabilizados e apresentados de acordo com as políticas de instrumentos financeiros.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.4 Concessionárias, permissionárias e clientes

Estão demonstrados pelo valor de realização e Incluem os saldos a receber pela a venda de energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no recebimento, conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada, quando aplicável, com base em estimativas da Administração em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

4.5 Empréstimos com partes relacionadas

Estão demonstrados pelo custo amortizado e de acordo com as políticas para instrumentos financeiros.

4.6 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

4.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é calculada com base no custo de construção ou aquisição dos bens. A depreciação dos bens cuja vida útil é superior ao prazo de concessão está limitada ao tempo do contrato de concessão de exploração do potencial hidráulico. Já a depreciação dos bens cuja vida útil seja inferior ao prazo de exploração do potencial hidráulico, a depreciação é calculada de acordo com a sua vida útil efetiva. A depreciação é calculada pelo método linear.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.8 Ativo intangível

Está mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos no mínimo no fim de cada exercício social e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

Eventuais ajustes nos métodos de amortização, nas vidas úteis ou nos valores residuais recuperáveis são reconhecidos de forma prospectiva na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

4.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável ou a mudança de alguma circunstância que possa levar a reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável. No caso da Companhia, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido através do seu valor em uso, sendo que seu valor líquido de venda equivale ao seu valor em uso, à medida que o seu *valuation* se dá pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. A Companhia elaborou estudo do valor em uso do ativo com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções e orçamentos elaborados pela Companhia abrangeram um período de cinco anos, sendo que, após este período, foi utilizada uma taxa média de crescimento de longo prazo e aplicada aos fluxos de caixa futuros até o final da concessão.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

4.10 Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelo custo amortizado e de acordo com as políticas para instrumentos financeiros.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.11 Provisões

4.11.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração.

4.11.2 Provisões para riscos fiscais e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais e cíveis são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.12 Reconhecimento de receitas

4.12.1 Receita de venda de energia

É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE, estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

4.12.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.13 Rateio de despesas entre as PCHs

O rateio das despesas administrativas refere-se ao compartilhamento da estrutura da sede administrativa da Guanhães Energia em comum acordo entre as partes, onde foi estabelecido por meio de contrato o repasse das despesas nas seguintes proporções:

- PCH Dores de Guanhães S.A.: 29,83%
- PCH Senhora d Porto S.A.: 25,94%
- PCH Jacaré S.A.: 19,98%
- PCH Fortuna II S.A.: 24,25%

4.14 Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação da Guanhães Energia é com base no lucro real para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas:

- Imposto de renda - Sobre a receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando exceder R\$60 do trimestre.
- Contribuição social - Sobre a receita financeira com alíquota de 9%.

O regime de tributação das controladas é com base no lucro presumido para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas sobre o faturamento das vendas de energia:

- Imposto de renda - base de cálculo de 8% sobre a receita bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.
- Contribuição social - base de cálculo de 12% sobre a receita bruta e, acrescidos da receita financeira, sendo a alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

4.15 Continuidade operacional

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando. A Administração revisou a premissa da utilização da continuidade operacional e concluiu que suas Demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.16 Pronunciamentos novos ou revisados

A Companhia aplicou pela primeira vez a revisão no CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 e após esta data. Foram revisados alguns novos conceitos do pronunciamento, fornecendo definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Abaixo relacionamos os pronunciamentos revisados aplicados em 2021 os quais não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 15 (R1) - Definição de negócios

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. Essas alterações podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Reforma da Taxa de Juros de Referência

Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações financeiras. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Não se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) não trouxeram alterações significativas na demonstração financeira correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.17 Normas revisadas, mas ainda não vigentes

As alterações de normas contábeis que estão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022 são as seguintes:

- NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso.
- NBC TG CPC 27 (R4) – Ativo imobilizado: Permite o reconhecimento de receitas e custos de valores relacionados à venda de itens produzidos durante a fase de teste de ativos.

Nova norma que estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023:

- IFRS 17 – Contratos de seguros: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. Essa norma foi aprovada pela CVM, mas ainda sem correspondência de emissão pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Entidade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não espera impacto significativo em decorrência das mudanças ocorridas nas normas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Contas bancárias	184	22	5.205	5.940
Total	184	22	5.205	5.940

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Certificados de depósitos bancários (CDB)	5	-	5	5	-	5
Conta reserva -BNDES	-	5.528	5.528	-	5.950	5.950
Total	5	5.528	5.533	5	5.950	5.955

	Consolidado					
	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Certificados de depósitos bancários (CDB)	51	-	51	133	-	133
Conta reserva -BNDES	-	11.055	11.055	-	11.895	11.895
Total	51	11.055	11.106	133	11.895	12.028

Os títulos e valores mobiliários são representados por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondem a:

- (i) Aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. Em sua maioria são atrelados ao CDI.
- (ii) O saldo da “conta reserva - BNDES” está vinculado à garantia dos financiamentos do BNDES. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do Banco. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento.

A remuneração média das aplicações é de 94% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (96% em 31 de dezembro de 2020).

7. CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui saldo a receber consolidado de R\$7.058 mil (R\$5.975 mil em 31 de dezembro de 2020) referente à venda de energia comercializada no leilão A-3.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
PCH Dorés de Guanhões	91.377	83.197
PCH Fortuna II	75.515	43.824
PCH Jacaré	71.400	62.464
PCH Senhora do Porto	71.910	75.060
Total Investimentos	310.202	264.545

O significativo aumento dos saldos dos investimentos em 2021 decorreu dos efeitos da reversão de perdas por *impairment*, que totalizaram 58,2 milhões, conforme detalhado nos quadros a seguir:

Movimentação dos investimentos nas controladas nos exercícios de 2021 e 2020:

	Controladora					
	31.12.2019	AFAC	Equivalência Patrimonial	31.12.2020	Equivalência Patrimonial	31.12.2021
PCH Dorés de Guanhões	81.305	-	1.892	83.197	8.180	91.377
PCH Fortuna II	42.673	2.150	(999)	43.824	31.691	75.515
PCH Jacaré	62.918	1.125	(1.579)	62.464	8.936	71.400
PCH Senhora do Porto	73.095	-	1.965	75.060	(3.150)	71.910
Total	259.991	3.275	1.279	264.545	45.657	310.202

Segue abaixo, informações sobre as empresas controladas:

Controladas	31.12.2021				31.12.2020			
	Capital Social Integralizado	Total Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Capital Social Integralizado	Total Ativo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
PCH Dorés de Guanhões	106.978	135.054	91.377	8.180	106.978	126.670	83.197	1.892
PCH Fortuna II	113.093	109.113	75.515	31.691	110.944	75.563	43.824	(999)
PCH Jacaré	151.302	108.637	71.400	8.936	150.177	98.247	62.464	(1.579)
PCH Senhora do Porto	86.520	110.899	71.910	(3.150)	86.520	114.445	75.060	1.965

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir são apresentados os principais ativos e passivos das controladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como o resultado apurado nesses exercícios sociais:

ATIVO	31.12.2021				31.12.2020			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
Circulante	4.918	3.267	2.942	4.252	6.754	2.396	2.716	5.092
Caixa e equivalentes de caixa	1.481	1.184	1.072	1.284	1.869	905	1.208	1.936
Outros	3.437	2.083	1.870	2.968	4.885	1.491	1.508	3.156
Não Circulante	130.136	105.846	105.695	106.647	119.916	73.167	95.531	109.353
TOTAL DO ATIVO	135.054	109.113	108.637	110.899	126.670	75.563	98.247	114.445
PASSIVO								
Circulante	11.007	11.454	12.971	8.881	6.748	6.863	8.187	5.502
Empréstimos e financiamentos	3.974	2.735	2.699	3.725	3.814	2.612	2.656	3.592
Outros	7.033	8.719	10.272	5.156	2.934	4.251	5.531	1.910
Não Circulante	32.670	22.144	24.266	30.108	36.725	24.876	27.596	33.883
Empréstimos e financiamentos	30.468	20.975	21.812	28.637	34.337	23.669	24.506	32.324
Outros	2.202	1.169	2.454	1.471	2.388	1.207	3.090	1.559
Patrimônio Líquido	91.377	75.515	71.400	71.910	83.197	43.824	62.464	75.060
TOTAL DO PASSIVO	135.054	109.113	108.637	110.899	126.670	75.563	98.247	114.445

DEMONSTRAÇÃO O RESULTADO	31.12.2021				31.12.2020			
	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO	PCH DORES DE GUANHÃES	PCH FORTUNA II	PCH JACARÉ	PCH SENHORA DO PORTO
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS								
Suprimento Energia	16.528	10.662	11.370	15.082	15.687	10.163	10.826	14.361
Deduções da Receita	(603)	(389)	(415)	(550)	(573)	(371)	(395)	(524)
CUSTO DA OPERAÇÃO								
Energia Comprada	(5.107)	(3.210)	(3.500)	(4.576)	(2.791)	(2.024)	(1.990)	(2.470)
Outras	(6.399)	(5.865)	(6.809)	(5.557)	(6.098)	(5.672)	(7.004)	(5.434)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	4.419	1.198	646	4.399	6.225	2.096	1.437	5.933
DESPESAS OPERACIONAIS								
Despesas gerais e administrativas	(717)	(557)	(532)	(562)	(740)	(614)	(501)	(676)
Outras despesas	(140)	(112)	(108)	(111)	(90)	(118)	(91)	(26)
Reversão de perda por desvalorização	11.696	34.456	12.290	-	-	-	-	-
Provisão para contingências	(4.135)	(1.306)	(1.306)	(4.135)				
Receitas financeiras	73	48	51	70	67	38	36	55
Despesas financeiras	(2.506)	(1.715)	(1.761)	(2.347)	(3.088)	(2.099)	(2.138)	(2.884)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.271	30.814	8.634	(7.085)	(3.851)	(2.793)	(2.694)	(3.531)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(510)	(321)	(344)	(464)	(482)	(302)	(322)	(437)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.180	31.691	8.936	(3.150)	1.892	(999)	(1.579)	1.965

A Reversão de perda por desvalorização está detalhada na Nota explicativa do ativo Imobilizado.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

	Consolidado												
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Transferências para serviços	Saldos em 31.12.2020	Adições	Depreciações	Reclassificação	Transferências para serviços	Provisão para redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2021
IMOBILIZADO EM CURSO													
Terrenos	1.655	92	-	-	-	(365)	1.382	35	-	-	(350)	-	1.067
Reservatórios, barragens e adutoras	(604)	316	-	-	-	(57)	(345)	-	-	-	(316)	-	(661)
Edificações, obras Cíveis e benfeitorias	8.003	1.987	(20)	-	-	-	9.970	7.370	-	(387)	(747)	-	16.206
Máquinas e equipamentos	48.820	453	-	-	-	(207)	49.066	34	-	-	(579)	-	48.521
Móveis e utensílios	9	-	-	-	-	-	9	15	-	-	-	-	24
Total das Imobilizações em curso	57.883	2.848	(20)	-	-	(629)	60.082	7.454	-	(387)	(1.992)	-	65.157
SUBTOTAL EM CURSO	57.883	2.848	(20)	-	-	(629)	60.082	7.454	-	(387)	(1.992)	-	65.157
IMOBILIZADO EM SERVIÇO													
Terrenos	8.614	-	-	-	(86)	8	8.536	-	(852)	-	340	-	8.024
Reservatórios, barragens e adutoras	243.012	-	-	(8.685)	-	414	234.741	-	(8.704)	-	326	-	226.363
Edificações, obras Cíveis e benfeitorias	112.730	-	-	(4.041)	-	-	108.689	-	(4.063)	-	747	-	105.373
Máquinas e equipamentos	115.387	9	(5)	(4.356)	-	207	111.242	5	(4.390)	(9)	579	-	107.427
Móveis e utensílios	9	-	-	(1)	-	-	8	-	(1)	-	-	-	7
SUBTOTAL EM SERVIÇO	479.752	9	(5)	(17.083)	(86)	629	463.216	5	(18.010)	(9)	1.992	-	447.194
(Provisão) / reversão para redução ao valor recuperável	(137.089)	-	-	-	-	-	(137.089)	-	-	-	-	58.442	(78.647)
Total do Imobilizado	400.546	2.857	(25)	(17.083)	(86)	-	386.209	7.459	(18.010)	(396)	-	58.442	433.704

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa de vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%
Comporta	3,33
Conduto forçado	3,13
Disjuntor	3,03
Equipamentos da tomada d'água	3,70
Gerador	3,33
Sistema de alimentação de energia	5,88
Sistema de proteção de medição e automação	6,67
Transformador de força	2,86
Turbina Hidráulica	2,50

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Para fins de avaliação da recuperação dos ativos, a Administração atualizou o modelo de acompanhamento do retorno do projeto de cada uma de suas controladas e o fluxo de caixa descontado com a melhor estimativa corrente para a análise do valor em uso do ativo. Como resultado desta análise realizada na data base de 31 de dezembro de 2021, foi apurada a necessidade de reversão do montante de R\$58.442, relativo as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas entre 2015 a 2017, que totalizaram R\$198.871 mil, sendo R\$70.919 mil registrados na

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PCH Jacaré S.A., R\$34.041 mil na PCH Senhora do Porto S.A., R\$39.437 mil na PCH Dores de Guanhões e R\$54.474 mil na PCH Fortuna II. Naqueles exercícios as PCH's se encontravam com suas obras de implantação totalmente paralisadas devido ao rompimento do contrato EPC para sua implantação, e por isso, permeada de incertezas, principalmente: i) em relação a contratação de um novo EPCista; ii) previsão de retomada das obras; iii) possíveis sobrecustos; e iv) novo cronograma para conclusão das obras de implantação.

Desde então, sanadas todas as incertezas, a conclusão do projeto e consequentemente o início da fase de operação comercial das PCHs em 2018, os testes realizados ao final daquele exercício apontaram a necessidade de reversão parcial na PCH Dores de Guanhões no valor de R\$27.741 mil e na PCH Senhora do porto no valor total de R\$34.041 mil, totalizando R\$61.782 mil e restando um saldo de perda por *impairment* de R\$137.089 mil. Posteriormente, diante da melhora nas perspectivas de geração de caixa da empresa, principalmente após sua participação com êxito na venda de energia no mercado regulado, e ultrapassada a fase inicial de operação conhecida como "curva da banheira", os testes de *impairment* realizados pelas PCHs ao final do exercício de 2021, seguiram apontando nova necessidade de reversão do *impairment* em relação ao montante de provisão de perdas registrados nos exercícios supracitados.

Desta maneira, em 2021, foi complementada a reversão nas PCHs Dores de Guanhões, Fortuna II e Jacaré de R\$58.442 mil, restando um saldo remanescente de perda por *impairment* de R\$78.647 mil.

10. INTANGÍVEL

	Consolidado								
	Saldos em 31.12.2019	Adições	Reclassificação	Transferências para serviços	Saldos em 31.12.2020	Adições	Reclassificação	Transferências para serviços	Saldos em 31.12.2021
INTANGÍVEL EM CURSO									
Software	51	16	-	(67)	-	-	-	-	-
Servidão	131	665	-	(4)	792	333	(12)	(1)	1.112
Total Intangível em curso	182	681		(71)	792	333	(12)	(1)	1.112
INTANGÍVEL									
Software	-	-	-	67	67	-	-	-	67
Servidão	2.851	-	86	4	2.941	-	-	1	2.942
Total Intangível em serviço	2.851	-	86	71	3.008	-	-	1	3.009
Total do Intangível	3.033	681	86	-	3.800	333	(12)	-	4.121

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores				
Compra de energia	-	-	7.212	1.426
Materiais e serviços	60	148	18.611	11.837
Total	60	148	25.823	13.263

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Decorre substancialmente do saldo de financiamento do contrato firmado com o BNDES, cujos recursos foram utilizados para a construção da PCH, liberados em três subcréditos, conforme características descritas abaixo:

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Total do financiamento	Valor atualizado utilizado	Início	Forma de pagamento	Término
BNDES - Subcrédito A	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	29.800	29803	ago/15	Mensal	fev/31
BNDES - Subcrédito B	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	10.400	10369	ago/15	Mensal	fev/31
BNDES - Subcrédito C	PCH Jacaré	12/02/2014	R\$	TJLP	400	414	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Dores de Guanhões	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	42300	42300	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Dores de Guanhões	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	14800	14000	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Dores de Guanhões	12/02/2014	R\$	TJLP	600	620	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	29000	29000	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	10400	10368	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Fortuna II	12/02/2014	R\$	TJLP	400	395	set/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito A	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	39400	39400	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP + 1,96%	13900	13563	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	PCH Senhora do Porto	12/02/2014	R\$	TJLP	500	490	set/15	Mensal	ago/30
Total do financiamento					191.900	190.722			

Empréstimos	Controladora	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Total do financiamento	Valor atualizado utilizado	Início	Forma de pagamento	Término
PCH Dores de Guanhões S.A.	Guanhões Energia	03/02/2020	R\$	TJLP + 1 %	420	437	fev/20	Final contrato	jun/22
PCH Dores de Guanhões S.A.	Guanhões Energia	18/02/2020	R\$	TJLP + 1 %	250	260	fev/20	Final contrato	jul/22
PCH Dores de Guanhões S.A.	Guanhões Energia	03/03/2020	R\$	TJLP + 1 %	190	198	mar/20	Final contrato	jul/22
PCH Dores de Guanhões S.A.	Guanhões Energia	18/03/2020	R\$	TJLP + 1 %	100	104	mar/20	Final contrato	jul/22
PCH Dores de Guanhões S.A.	Guanhões Energia	17/04/2020	R\$	TJLP + 1 %	280	288	abr/20	Final contrato	jul/22
PCH Dores de Guanhões S.A.	Guanhões Energia	11/08/2020	R\$	TJLP + 1 %	650	668	ago/20	Final contrato	jul/22
PCH Dores de Guanhões S.A.	Guanhões Energia	19/11/2020	R\$	TJLP + 1 %	300	309	nov/20	Final contrato	jul/22
PCH Dores de Guanhões S.A.	Guanhões Energia	16/12/2020	R\$	TJLP + 1 %	350	360	dez/20	Final contrato	jul/22
PCH Senhora do Porto S.A.	Guanhões Energia	03/03/2020	R\$	TJLP + 1 %	190	198	mar/20	Final contrato	jul/22
PCH Senhora do Porto S.A.	Guanhões Energia	18/03/2020	R\$	TJLP + 1 %	50	52	mar/20	Final contrato	jul/22
PCH Senhora do Porto S.A.	Guanhões Energia	17/04/2020	R\$	TJLP + 1 %	200	205	abr/20	Final contrato	jul/22
PCH Senhora do Porto S.A.	Guanhões Energia	11/08/2020	R\$	TJLP + 1 %	300	309	ago/20	Final contrato	jul/22
PCH Senhora do Porto S.A.	Guanhões Energia	16/12/2020	R\$	TJLP + 1 %	350	359	dez/20	Final contrato	jul/22
Total dos empréstimos					3.630	3.747			

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue abaixo a movimentação do financiamento e empréstimos nos exercícios de 2021 e 2020:

	Empréstimos da Controladora		
	Principal	Encargos	Total
Saldo em 01.01.2020	484	-	484
Captação de empréstimos	3.735	-	3.735
Amortização de principal	(530)	-	(530)
Encargos, juros e correções	-	11	11
Encargos pagos	-	(11)	(11)
Saldo em 31.12.2020	3.689	-	3.689
Atualização de empréstimos	58	-	58
Saldo em 31.12.2021	3.747	-	3.747

	Consolidado do financiamento		
	Principal	Encargos	Total
Saldo em 01.01.2020	129.259	10.177	139.436
Captação de financiamentos	1.178	-	1178
Amortização de principal	(13.063)	-	(13.063)
Encargos, juros e correções	-	8.974	8.974
Encargos pagos	-	(9.015)	(9.015)
Saldo em 31.12.2020	117.374	10.136	127.510
Captação de financiamentos	705	-	705
Amortização de principal	(13.195)	-	(13.195)
Encargos, juros e correções	-	8.019	8.019
Encargos pagos	-	(8.003)	(8.003)
Saldo em 31.12.2021	104.884	10.152	115.036

Segregado em:

	31.12.2021	31.12.2020
Circulante	13.144	12.674
Não circulante	101.892	114.836
	115.036	127.510

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado			
2021		2020	
2023	13.143	2022	13.075
2024	13.143	2023	13.075
2025	13.143	2024	13.074
Após 2025	62.463	Após 2024	75.612
Total	101.892	Total	114.836

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 19.

Covenants

Os contratos de financiamentos com o BNDES firmados pelas PCHS estão sujeitos a cláusulas restritivas do saldo devedor de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, a apuração anual do índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,3. O não cumprimento deste indicador pelas PCH's impossibilita o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do limite mínimo legal, e pode implicar em aplicação de multa pelo BNDES.

No exercício de 2021, todas as PCH's investidas não obtiveram êxito no atingimento do ICSD mínimo de 1,3. Por isso, em 04/02/2022 elas encaminharam ao BNDES pedido de dispensa da obrigatoriedade de comprovação do ICSD e da apresentação dos relatórios de asseguarção dos auditores independentes relativos ao exercício de 2021. As PCH's aguardam a definição de outras tratativas junto ao Banco para concessão do *waiver* solicitado.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Os acionistas da Companhia e as suas respectivas participações no capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
ACIONISTAS				
Light Energia S.A.	279.799.260	51	279.799.260	51
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	268.826.740	49	268.826.740	49
Total Geral	548.626.000	100	548.626.000	100

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As ações da Light Energia S.A. são do tipo ordinárias nominativas A, enquanto da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) ordinárias nominativas de classe B, ambas sem valor nominal e totalmente subscritas.

Cada classe de ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais, com direito a (i) eleger, em votação em separado, dois membros do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) indicar, alternadamente, a cada mandato de três anos, na forma do disposto em acordo de acionista, o Presidente ou o Vice-presidente do Conselho de Administração, sendo asseguradas as seguintes vantagens a cada uma delas:

- Ações Ordinárias Classe A: terão direito a indicar o Diretor Administrativo-Financeiro.
- Ações Ordinárias Classe B: terão direito a indicar o Diretor Técnico-Comercial.

b) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em decorrência dos prejuízos acumulados apresentados pela Companhia, não houve distribuição de dividendos nos exercícios de 2021 e 2020.

c) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude dos prejuízos acumulados apresentados pela Companhia.

d) Lucro por ação

A tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído nos exercícios de 2021 e 2020.

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
NUMERADOR		
Lucro líquido do exercício	45.750	1.394
DENOMINADOR		
Ações ordinárias	548.626.000	548.626.000
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	0,083	0,003

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

O aumento do Lucro líquido do exercício de 2021 decorreu do impacto da reversão de parte do *impairment* contabilizado em exercícios anteriores, conforme descrito na Nota explicativa do Imobilizado.

14. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Suprimento de energia	-	-	53.642	51.037
(-) PIS e COFINS	-	-	(1.957)	(1.863)
TOTAL	-	-	51.685	49.174

As Receitas consolidadas da Companhia são oriundas dos contratos de venda de energia celebrados por cada PCH no ambiente de contratação regulado ("ACR"), conforme participação ocorrida no 22º Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL em 21 de agosto de 2015.

Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, as PCHs's investidas recorrem ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

15. CUSTOS OPERACIONAIS

CUSTOS	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Compra de Energia elétrica	-	-	(16.393)	(9.275)
Materiais	-	-	(152)	(250)
Encargos e taxas	-	-	(1.264)	(1.000)
Serviços de terceiros	-	-	(4.958)	(5.596)
Depreciações	-	-	(17.998)	(17.083)
Outros custos	-	-	(258)	(279)
	-	-	(41.023)	(33.483)

O aumento do custo com compra de energia decorreu da variação do GSF e do preço de compra de energia no mercado (PLD) no decorrer do ano.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Pessoal e encargos	-	(711)	(1.026)	(1.083)
Administrativas	-	(76)	(92)	(215)
Serviços de terceiros	-	(502)	(1.250)	(3.294)
Depreciações	-	(11)	-	(10)
Outras despesas	-	(203)	(472)	(294)
Total	-	(1.503)	(2.840)	(4.896)

A redução da despesa consolidada com Serviços de terceiros decorreu da necessidade de postergação de atividades previstas para o ano, em função da necessidade de recomposição de caixa.

Adicionalmente, em 2021 a Companhia passou adotar contratos de compartilhamento e distribuição de custos da sua controladora para as subsidiárias. Esses contratos preveem o rateio de todas as despesas da holding controladora entre suas SPE's, o que justifica a ausência de despesas na controladora em 2021, conforme demonstrado no quadro acima.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITAS FINANCEIRAS				
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	240	144	482	292
Outras receitas financeiras	-	-	-	48
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	240	144	482	340
DESPESAS FINANCEIRAS				
Despesas financeiras	(3)	(4)	(73)	(139)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(8.020)	(8.974)
Outras despesas financeiras	(123)	-	(362)	(1.100)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(126)	(4)	(8.455)	(10.213)
RESULTADO FINANCEIRO	114	140	(7.973)	(9.873)

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Suprimento de Energia	-	-	53.642	51.037
Receitas financeiras	240	144	482	340
Base de cálculo IRPJ(8% Energia)	-	-	4.291	4.083
Base de cálculo receitas financeiras	-	-	482	295
Despesas não dedutíveis	-	118	-	-
(-)Despesas dedutíveis	126	122	-	-
(-)Prejuízo fiscal	34	41	-	-
Total da base IRPJ	80	99	4.371	4.378
IRPJ-15%	12	15	656	657
Adicional IRPJ- 10%	2	-	360	333
Total IRPJ	14	15	1.016	990
Base de cálculo CSLL (12% Energia)	-	-	6.437	6.124
Base de cálculo receitas financeiras	80	99	722	295
Total da base CSLL	80	99	7.159	6.419
CSLL - 9%	7	9	644	578
Imposto de renda e contribuição social	21	24	1.660	1.567

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os principais valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

ATIVO	Controladora					
	31.12.2021				31.12.2020	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	Custo amortizado	184	184	22	22
Títulos e valores mobiliários (CDB)	2	VJR	5.533	5.533	5.955	5.955
Créditos com partes relacionadas	2	Custo amortizado	1.495	1.495	922	922
Total			7.212	7.212	6.899	6.899
PASSIVO						
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	3.747	3.747	3.689	3.689
Fornecedores	2	Custo amortizado	60	60	148	148
Outros débitos	2	Custo amortizado	95	95	92	92
Total			3.902	3.902	3.929	3.929

ATIVO	Consolidado					
	31.12.2021				31.12.2020	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor justo	Contabilizado	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	Custo amortizado	5.205	5.205	5.940	5.940
Títulos e valores mobiliários (CDB)	2	VJR	11.106	11.106	12.028	12.028
Concessionárias, permissionárias e clientes	2	Custo amortizado	7.058	7.058	5.975	5.975
Total			23.369	23.369	23.943	23.943
PASSIVO						
Fornecedores	2	Custo amortizado	25.823	25.823	13.263	13.263
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	115.036	115.036	127.510	127.510
Outros débitos	2	Custo amortizado	3.826	3.826	4.542	4.542
Total			144.685	144.685	145.315	145.315

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo. Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2021		31.12.2020		31.12.2021		31.12.2020	
	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida	R\$	% da Dívida
CDI	5.533	0%	5.955	0%	11.106	0%	12.028	0%
TJLP	-	-	-	-	115.036	100%	127.510	100%
Total	5.533	0%	5.955	0%	126.142	100%	139.538	100%

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos das PCH's, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período. A metodologia utilizada para o "cenário provável" considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 31 de dezembro de 2021).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2021).

Controladora					
Operação	Risco	Saldos Base	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS			653	490	326
Títulos e valores mobiliários	CDI	5.533	653	490	326
PASSIVOS FINANCEIROS			(247)	(309)	(370)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	3.747	(247)	(309)	(370)
TOTAL			406	181	(45)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
TJLP (Projetado para 31.12.2022)				6,59%	9,89%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				-25%	-50%
CDI (Projetado para 31.12.2022)				11,80%	5,90%

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado					
Operação	Risco	Saldo Base	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS			1.311	983	655
Títulos e valores mobiliários	CDI	11.106	1.311	983	655
PASSIVOS FINANCEIROS			(7.581)	(9.476)	(11.371)
Financiamentos - BNDES	TJLP	115.036	(7.581)	(9.476)	(11.371)
TOTAL			(6.270)	(8.493)	(10.717)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
TJLP (Projetado para 31.12.2022)				6,59%	9,89%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				-25%	-50%
CDI (Projetado para 31.12.2022)				11,80%	5,90%

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas originárias de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, por incapacidade destes em cumprirem com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em honrar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota explicativa 12.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros futuros):

Instrumentos Financeiros	Controladora					Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	-	3.747	-	-	3.747	5.700	17.258	79.135	78.540	180.633
Fornecedores	60	-	-	-	60	2.926	7.555	12.554	2.788	25.823

e) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado. A Companhia e suas investias não possuem direitos ou obrigações de riscos hidrológicos a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2021.

f) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Dívida de empréstimos e financiamentos	3.747	3.689	115.036	127.510
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	184	22	5.205	5.940
(-) Título e valores mobiliários (Nota 6)	5.533	5.955	11.106	12.028
Dívida líquida (A)	(1.970)	(2.288)	98.725	109.542
Patrimônio líquido (B)	313.895	268.145	313.895	268.145
Percentual de capital de terceiros - % (A÷(B+A))	-1%	-1%	24%	29%

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Segue o resumo das transações com partes relacionadas mantidas e ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Contratos com o mesmo grupo	Valor original	Período de vigência	Controladora		Ativo		Passivo		Despesa	
			Condições contratuais		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Mútuos celebrados com a PCH Dorés de Guanhães	2.624	2021/2022	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	2.624	2.582	-	-
Mútuos celebrados com a PCH Senhora do Porto	1.123	2021/2022	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	1.123	1.107	-	-
Emissão de notas de débitos para PCH Dorés de Guanhães referente a reembolso de despesas administrativas	221	2021/2022	Notas de débitos		221	126	-	-	-	-
Emissão de notas de débitos para PCH Senhora do Porto referente a reembolso de despesas administrativas	192	2021/2022	Notas de débitos		192	110	-	-	-	-
Emissão de notas de débitos para PCH Jacaré referente a reembolso de despesas administrativas	450	2021/2022	Notas de débitos		450	284	-	-	-	-
Emissão de notas de débitos para PCH Fortuna II referente a reembolso de despesas administrativas	632	2021/2022	Notas de débitos		632	402	-	-	-	-
Controlada PCH Dorés de Guanhães										
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	2.333	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	341	254
Contrato Owner's Engineering – Serviços de Engenharia do Proprietário para acompanhamento das pendências de implantação das PCH's - Cemig GT	170	24 meses	Contrato entra em vigor a partir da emissão da Ordem de Serviço.		-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	6.196	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	63.811	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	-	-
Controlada PCH Jacaré										
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	1.568	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	236	168
Contrato Owner's Engineering – Serviços de Engenharia do Proprietário para acompanhamento das pendências de implantação das PCH's - Cemig GT	170	24 meses	Contrato entra em vigor a partir da emissão da Ordem de Serviço.		-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	4.276	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	44.038	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	-	-
Controlada PCH Senhora do Porto										
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	2.056	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	303	224
Contrato Owner's Engineering – Serviços de Engenharia do Proprietário para acompanhamento das pendências de implantação das PCH's - Cemig GT	170	24 meses	Contrato entra em vigor a partir da emissão da Ordem de Serviço.		-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	5.673	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	58.418	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	-	-
Controlada Fortuna II										
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição - Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	1.497	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	217	164
Contrato Owner's Engineering – Serviços de Engenharia do Proprietário para acompanhamento das pendências de implantação das PCH's - Cemig GT	170	24 meses	Contrato entra em vigor a partir da emissão da Ordem de Serviço.		-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	4.015	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	41.342	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes		-	-	-	-	-	-

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de financiamentos da Companhia e de suas investidas possuem garantia corporativa da Light S.A.

Remuneração dos Administradores

Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual do exercício apresentado nessa demonstração financeira.

21. SEGUROS

A Companhia e suas investidas possuem seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2021:

Seguro de riscos operacionais: cobre os danos causados à PCH, com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos.

Seguro de responsabilidade civil e geral: objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguem abaixo os seguros vigentes em 2021:

Controladas	Data da Vigência		Importância Segurada	LMI
	De	Até		
Seguro de riscos operacionais				
PCH Senhora do Porto S.A.	30/11/2021	30/11/2022	86.361	111.584
PCH Dores de Guanhães S.A.	30/11/2021	30/11/2022	86.004	111.584
PCH Fortuna II S.A.	30/11/2021	30/11/2022	68.899	111.584
PCH Jacaré S.A.	30/11/2021	30/11/2022	59.833	111.584
Seguro de responsabilidade civil e geral				
PCH Senhora do Porto S.A.	30/11/2021	30/11/2022	N/A	10.000
PCH Dores de Guanhães S.A.	30/11/2021	30/11/2022	N/A	10.000
PCH Fortuna II S.A.	30/11/2021	30/11/2022	N/A	10.000
PCH Jacaré S.A.	30/11/2021	30/11/2022	N/A	10.000

Os seguros da Companhia e investidas são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. CONTRATOS DE LONGO PRAZO PARA VENDA DE ENERGIA

As PCH's investidas pela Companhia possuem compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Energia contratada total (MW médio) (*)					
Ano	2022	2023	2024	2025	2026 a 2047
Dores de Guanhões	7,1	7,1	7,1	7,1	7,1
Senhora do Porto	6,5	6,5	6,5	6,5	6,5
Fortuna II	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6
Jacaré	4,9	4,9	4,9	4,9	4,9
Total	23,1	23,1	23,1	23,1	23,1

(*) O montante de energia contratada não faz parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

Os compromissos de venda de energia foram contratados conforme as regras do edital publicado pela ANEEL em 21 de julho de 2015.

23. OBRIGAÇÃO CONTINGENCIAL

Em 2021, as PCH's investidas pela companhia reconheceram despesa contingencial em decorrência de condenação na Ação de Cobrança movida por Austral Seguradora S.A., sob o nº 0003604-34.2018.8.19.0001 que totalizou R\$10.882 mil. Os valores de condenação atribuídos a cada PCH foram os seguintes:

PCH	Despesa com a condenação	Valor pago em 2021	Saldo a pagar em 31/12/2021
Dores de Guanhões	4.135	2.905	1.230
Senhora do Porto	4.135	2.905	1.230
Fortuna II	1.306	917	389
Jacaré	1.306	918	388
Total	10.882	7.645	3.237

Provisão para contingência

A companhia não detectou em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a necessidade do reconhecimento de provisão para contingência que seria apurada em base estimada e tivesse o prognóstico de perda provável classificado por sua assessoria jurídica.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo contingente

Adicionalmente, a Companhia possui processos judiciais de natureza civil, trabalhista e tributária para os quais a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perdas são remotos, e por este motivo, nenhuma outra provisão foi constituída.

Ações de desapropriação

As PCHs possuem ações de desapropriação em razão da necessidade de formação de área de preservação permanente (APP) e os valores da indenização aos atingidos não terem sido acordados amigavelmente. Os valores discutidos já se encontram depositados judicialmente, totalizando R\$1.394 mil em 31 de dezembro de 2021 e a Companhia figura no polo ativo da demanda.

Ativo contingente

Os ativos contingentes surgem normalmente de evento não planejado ou de outros não esperados que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo Guanhães, no qual a companhia está inserida, moveu ações judiciais de cobrança junto a terceiros cujos processos ainda não foram julgados em definitivo e que poderão, provavelmente, promover futuramente a entrada de recursos. Os valores de causa destes processos totalizam R\$21.888.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Processo perante a Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem

Em 5 de fevereiro de 2016, as PCHs Dores de Guanhães S.A, Senhora do Porto S.A, Jacaré S.A e Fortuna II S.A. (Em conjunto, “PCHs”) instauraram procedimento arbitral perante a Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem contra o Consórcio Construtor PCHs de Guanhães (“CCPG”), que é composto por 3 companhias, quais sejam: Oengenharia LTDA (“OEngenharia”); Libe Construtora LTDA (“Libe”) e Construtora Quebec LTDA (“Quebec”), referente ao Contrato EPC para construção e implantação das PCHs, em razão de inadimplemento do CCPG, que não concluiu a construção das PCHs no prazo contratual. Neste procedimento arbitral, foi requerido pelas PCHs um total de R\$117.887 mil a título de indenização, na data base abr/12, discriminados abaixo:

- i. Saldo credor do encontro de contas (avanço-físico x avanço-financeiro): R\$42.691 mil;
- ii. Saldo não compensado do adiantamento de 20% do Preço Global: R\$4.474 mil;
- iii. Valor adicional do 8º Termo Aditivo: R\$11.328. mil;
- iv. Multa rescisória (limitado ao máximo de 20%): R\$10.682 mil;
- v. Penalidades por atraso nas disponibilidades (limitado ao máximo de 20%): R\$4.267 mil;
- vi. Custos adicionais de pessoal (limitado ao máximo de 20%): R\$206 mil;

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- vii. Custos adicionais de infraestrutura administrativa (limitado ao máximo de 20%): R\$40 mil;
- viii. Custos adicionais com serviços (limitado ao máximo de 20%): R\$815 mil;
- ix. Custos adicionais com manutenção do canteiro de obras (limitado ao máximo de 20%): R\$4.055 mil;
- x. Recontratação do escopo remanescente (limitado ao máximo de 20%): R\$39.328 mil.

O Tribunal Arbitral proferiu, em 17 de janeiro de 2019, sentença parcial julgando procedentes os pedidos das PCHs de:

- i. declaração de legalidade da rescisão do contrato por culpa do CCPG;
- ii. condenação do CCPG ao pagamento de multa rescisória no valor histórico de R\$ 14.848 mil, na data base de abr/12;
- iii. condenação do CCPG ao pagamento de penalidades por atraso das datas de disponibilidades no valor histórico de R\$5.932 mil, na data base de abr/12;
- iv. procedente o pedido da OEngenharia de condenação das PCHs ao pagamento dos serviços executados e não pagos das medições 37/38 e 39; e
- v. procedentes os pedidos de Libe/Quebec (fornecimento de energia elétrica e determinados serviços executados que não teriam sido pagos), no valor de R\$ 2.461 mil, na data base de abr/12; e (vi) postergou para após perícia de engenharia o julgamento dos demais pedidos indenizatórios das partes (“Sentença Arbitral Parcial”).

Posteriormente, dando continuidade ao processo, em 2 de fevereiro de 2022 o Tribunal Arbitral proferiu sentença final complementando a sentença parcial anterior com as seguintes condenações:

- i. as empresas do CCPG ao pagamento de R\$6.981 mil a título de encontro de contas para as PCHs, na data base de abr/12;
- ii. as empresas do CCPG ao pagamento de R\$30.159 mil de custos adicionais para as PCHs na data base de abr/12;
- iii. as empresas do CCPG ao pagamento de R\$1.553 mil, referente as Custas/Despesas/Honorários referente ao processo arbitral, na data base de fev/22;
- iv. as PCHs ao pagamento de R\$1.815 mil para OEngenharia referente à medição 40 e por serviços adicionais que não tinham sido pagos, na data base de abr/12; e
- v. as PCHs ao pagamento de R\$10.682 mil, na data base de abr/12, para Libe/Quebec referente aos riscos geológicos e outros serviços executados que não foram pagos (“Sentença Arbitral Final”).

Sobre o valor originalmente discutido e que ocorreram as condenações, o resultado final da apuração entre valores a receber e a pagar constantes no processo, verifica-se um recebível para as PCHs de R\$42.962 mil, que atualizado de acordo com o IPCA acumulado desde 2012, além de juros de mora e multa de 1% ao mês até a data deste relatório totaliza R\$134.654 mil. Entretanto, não houve o reconhecimento de ativos ou passivos da condenação, tendo em vista que o processo caminhará para a justiça comum no sentido de executar a cobrança dos valores da sentença, o que torna incerto estimar com segurança os valores a serem contabilizados.

Guanhães Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. FATO RELEVANTE

Em 9 de dezembro de 2021, a LIGHT S.A celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato de Compra e Venda”) em conjunto com sua controlada Light Energia S.A., na qualidade de vendedoras, e com a Brasal Energia S.A. (“Brasal”), na qualidade de compradora, para a alienação de participação societária na sociedade Guanhães Energia S.A. (“Operação”).

A Operação consiste na venda para a Brasal da totalidade da participação detida por sua controlada Light Energia S.A. representativa de 51% do capital social da Guanhães Energia S.A., sociedade que opera as PCHs Senhora do Porto, Dores de Guanhães, Fortuna II e Jacaré, pelo valor de R\$97.904.140,40, sujeito a atualizações e ajustes nos termos do Contrato de Compra e Venda.

O Contrato de Compra e Venda prevê que a consumação da transação e o pagamento do preço estão sujeitos ao cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza, tais como a obtenção de anuência de autoridades regulatórias e concorrenciais e de terceiros. A celebração do Contrato de Compra e Venda observou as disposições do acordo de acionistas da Guanhães Energia S.A., relativas aos direitos de preferência e de venda conjunta, não exercidos pela outra acionista da Guanhães Energia S.A.

A conclusão da alienação ora anunciada representa a concretização de mais uma etapa do plano de desinvestimento de ativos non-core da Light.

A Companhia ressalta que manterá seus acionistas e o mercado em geral devida e oportunamente informados sobre a consumação da transação nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis.
